



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Considere o teor da Súmula Vinculante n° 37, do Supremo Tribunal Federal, publicada em 24/10/2014:

“Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

Diante disso, e à luz do que dispõe a Constituição Federal relativamente às súmulas vinculantes, eventual decisão judicial de primeira instância que aumentasse vencimento de servidor público, sob o fundamento de isonomia, poderia ser objeto, perante o Supremo Tribunal Federal, de

- a) ação direta de inconstitucionalidade.
- b) ação declaratória de constitucionalidade.
- c) reclamação.
- d) recurso ordinário.

02. Pode propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- a) O Advogado Geral da União.
- b) O Presidente do STF.
- c) Mesa da Câmara dos Deputados.
- d) Mesa do Congresso Nacional.

03. Lulinha, prefeito da cidade de Palmares, nomeou sua esposa para o cargo de secretária de Saúde do município com salário de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sua filha para o cargo em comissão de assessora especial do prefeito com salário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e sua neta para o cargo efetivo (aprovação em concurso) de médica do município com salário de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

- a) Todas as nomeações configuram nepotismo e não poderiam ser feitas.
- b) Nenhuma nomeação configura nepotismo, estando todas corretas.
- c) Apenas a nomeação da esposa configura nepotismo.
- d) Apenas a nomeação da filha configura nepotismo.

04. No art. 37 da Constituição Federal de 1988, estão estabelecidos alguns princípios que deverão ser obedecidos pela administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. São princípios a serem obedecidos os abaixo relacionados, EXCETO:

- a) legalidade.
- b) moralidade
- c) publicidade.
- d) efetividade.

05. Assinale a alternativa correta sobre os direitos e garantias fundamentais.

- a) O rol constitucional de direitos e garantias fundamentais previstos na CRFB/88 é taxativo.
- b) A eficácia das normas definidoras de direitos fundamentais depende de regulamentação legal.
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem hierarquia jurídica equivalente à das emendas constitucionais, mesmo que não votados pelo Congresso Nacional.
- d) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. O Município de Paulo Afonso/BA foi citado numa ação de Usucapião onde uma comunidade carente pleiteia o reconhecimento do domínio de um imóvel público abandonado que ela ocupa há 50 anos. A referida comunidade afirma que dá a função social ao imóvel que estava abandonado. Nele moram cerca de 20 famílias.

Qual a orientação você daria como advogado do Município.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

- a) A comunidade está correta e deve ser deferida a Usucapião, uma vez que o referido bem não está afetado a uma finalidade pública.
- b) A comunidade está correta e deve ser deferida a Usucapião, pois o direito à moradia é mais importante, mesmo o bem estando afetado a uma finalidade pública.
- c) Trata-se de bem dominical e não está sujeito à usucapião.
- d) Trata-se de bem de uso especial e não está sujeito à usucapião.

07. Diego, servidor público, trabalha no Fórum de Paulo Afonso. Ele sai todos os dias no carro oficial para cumprir mandados. Certo dia, distraído com o celular, bate no carro de João Paulo que está estacionado na entrada do fórum.

- a) Diego responde sozinho pelo dano causado.
- b) Diego responde solidariamente com o estado.
- c) O estado responde pelo dano causado por Diego. Trata-se de responsabilidade subjetiva.
- d) O estado responde pelo dano causado, assegurado o direito de regresso contra Diego. Trata-se de responsabilidade objetiva.

08. O atributo que consiste na possibilidade de certos atos administrativos serem decididos e executados diretamente pela própria administração, independentemente de ordem judicial, denomina-se

- a) presunção de legitimidade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) tipicidade.
- d) imperatividade.

DIREITO CIVIL

09. (FGV-OAB/2018) A cidade de Asa Branca foi atingida por uma tempestade de grandes proporções. As ruas ficaram alagadas e a população sofreu com a inundação de suas casas e seus locais de trabalho. Antônio, que tinha uma pequena barcaça, aproveitou a ocasião para realizar o transporte dos moradores pelo triplo do preço que normalmente seria cobrado, tendo em vista a premente necessidade dos moradores de recorrer a esse tipo de transporte.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

Nesse caso, em relação ao citado negócio jurídico, ocorreu

- a) estado de perigo.
- b) dolo.
- c) lesão.
- d) erro.

10. Napolião vendeu um terreno a Matheus, Gustavo e Wilker. O preço do terreno foi ajustado em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e todos os devedores respondem solidariamente. Matheus pagou R\$ 100.000,00 (cem mil reais), Gustavo pagou R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e Wilker ainda não pagou nada. O prazo para pagamento já se encerrou.

Considerando a situação acima narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Matheus não responde pelo resto da dívida. Wilker só responde por R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
- b) Napolião só pode cobrar de Gustavo por R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
- c) Napolião só pode cobrar Gustavo e Wilker pelo restante da dívida.
- d) Napolião pode cobrar Matheus, Gustavo e Wilker pelo restante da dívida.

11. (FGV-OAB/2018) Renata financiou a aquisição de seu veículo em 36 parcelas e vinha pagando pontualmente todas as prestações. Entretanto, a recente perda de seu emprego fez com que não conseguisse manter em dia a dívida, tendo deixado de pagar, justamente, as duas últimas prestações (35^a e 36^a).

O banco que financiou a aquisição, diante do inadimplemento, optou pela resolução do contrato.

Tendo em vista o pagamento das 34 parcelas anteriores, pode-se afirmar que a conduta da instituição financeira viola o princípio da boa-fé, em razão do(a)

- a) dever de mitigar os próprios danos.
- b) proibição de comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*).
- c) adimplemento substancial.
- d) dever de informar.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

12. Assinale a alternativa correta sobre a capacidade civil nos termos da Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil), daqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

- a) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- b) São absolutamente incapazes.
- c) São capazes.
- d) a única restrição é para negócios de conteúdo patrimonial.

PROCESSO CIVIL

13. (FGV-OAB/2018) José ajuizou ação de indenização por danos morais, materiais e estéticos em face de Pedro. O juiz competente, ao analisar a petição inicial, considerou os pedidos incompatíveis entre si, razão pela qual a indeferiu, com fundamento na inépcia.

Nessa situação hipotética, assinale a opção que indica o recurso que José deverá interpor.

- a) Apelação, sendo facultado ao juiz, no prazo de cinco dias, retratar-se do pronunciamento que indeferiu a petição inicial.
- b) Apelação, sendo os autos diretamente remetidos ao Tribunal de Justiça após a citação de Pedro para a apresentação de contrarrazões.
- c) Apelação, sendo que o recurso será diretamente remetido ao Tribunal de Justiça, sem a necessidade de citação do réu para apresentação de contrarrazões.
- d) Agravo de Instrumento, inexistindo previsão legal de retratação por parte do magistrado.

14. (FGV-OAB/2018) Leilane, autora da ação de indenização por danos morais, proposta em face de Carlindo na 5ª Vara Cível da comarca da capital, informou, em sua petição inicial, que não possuía interesse na audiência de conciliação prevista no Art. 334 do CPC/15. Mesmo assim, o magistrado marcou a audiência de conciliação e ordenou a citação do réu.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

O réu, regularmente citado, manifestou interesse na realização da referida audiência, na qual apenas o réu compareceu. O juiz, então, aplicou à autora a multa de 2% sobre o valor da causa.

Sobre o procedimento do magistrado, a partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- a) O magistrado não deveria ter marcado a audiência de conciliação, já que a autora informou, em sua petição inicial, que não possuía interesse.
- b) O magistrado agiu corretamente, tendo em vista que a conduta da autora se caracteriza como um ato atentatório à dignidade da justiça.
- c) O magistrado deveria ter declarado o processo extinto sem resolução do mérito, e a multa não possui fundamento legal.
- d) A manifestação de interesse do réu na realização da referida audiência pode ser feita em até 72 horas antes da sua realização.

15. Tábada e Júlia vinham juntas pelo corredor da faculdade. Ao avistar Maria Eugênia, Júlia atirou o *vade mecum* em sua cabeça, em razão de Maria Eugênia ter ficado em sua frente num simulado feito pela faculdade. Maria Eugênia, atordoada com a pancada na cabeça, pensou ter sido Tábada que atirou o objeto.

Maria Eugênia ajuizou ação indenizatória contra Tábada. Ao contestar a ação Tábada deverá:

- a) Efetuar o chamamento ao processo de Júlia.
- b) Indicar Júlia como ré, requerendo a alteração do polo passivo.
- c) Apresentar oposição.
- d) Denunciar Júlia à lide.

16. A tutela de urgência, presentes os demais requisitos legais,

- a) só pode ser concedida após justificção prévia e sempre com caução.
- b) pode ser concedida quando houver perigo de dano, ou o risco ao resultado útil do processo.
- c) será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- d) só pode ser concedida se o requerente oferecer caução idônea.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

17. Não é uma forma de intervenção de terceiros prevista no CPC/2015:

- a) Denúnciação da lide.
- b) Chamamento ao processo.
- c) Nomeação à autoria.
- d) Assistência.

DIREITO PENAL

18. Lalau é servidor do município de Arapiraca/AL. Lalau sempre teve vontade de praticar ciclismo, contudo não tinha uma bicicleta. A prefeitura adquiriu 500 (quinhentas) bicicletas para estimular a população a praticar exercícios físicos. Lalau resolveu se apropriar de uma dessas bicicletas que tinha a posse em razão do cargo, pois achava que ninguém iria perceber. Lalau foi preso em flagrante na primeira vez que saiu para andar na bicicleta desviada da prefeitura. A defesa de Lalau alega o princípio da insignificância, uma vez que a bicicleta custou apenas R\$ 200,00 (duzentos reais) ao município. Nesse contexto, é correto afirmar:

- a) A defesa está correta, devendo-se aplicar o princípio da insignificância, conforme jurisprudência sumulada.
- b) Não se aplica o princípio da insignificância a situação acima narrada, conforme jurisprudência sumulada.
- c) Aplica-se o princípio da insignificância a situação acima narrada até o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- d) Aplica-se o princípio da insignificância a situação acima narrada até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

19. Zefinha nunca contribuiu para o INSS e sempre autônoma. Ao completar 55 anos ficou sabendo que os trabalhadores rurais não precisam contribuir para o INSS para ter direito a aposentadoria. Zefinha falsificou documentos de trabalhadora rural e conseguiu aposentadoria por idade, pela qual recebe um salário-mínimo por mês. Qual crime Zefinha cometeu.

- a) Zefinha não cometeu qualquer crime, pois o valor de um salário-mínimo é insignificante.
- b) Zefinha cometeu o crime de roubo.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

- c) Zefinha cometeu o crime de furto.
- d) Zefinha cometeu o crime de estelionato.

20. O Presidente da República edita medida provisória criando um novo crime, segundo o qual deve ser punido com pena de reclusão de 20 a 30 anos o fato de ser “petista”. O congresso converteu em lei a medida provisória com ampla maioria (90% de aprovação), sem qualquer alteração. Os únicos que votaram contra foram os parlamentares filiados ao PT, que trocaram de partido poucos minutos após a aprovação.

Considerando a situação acima narrada, assinale a opção correta.

- a) A lei não é válida, pois não é possível a criação de crimes por meio de medida provisória.
- b) A lei não é válida, pois não cabe ao Presidente da República a iniciativa de lei em matéria penal.
- c) A lei é válida, pois foi aprovada com quórum de emenda constitucional
- d) A lei é válida, pois a medida provisória foi convertida em lei.

21. Segundo o código Penal, considera-se praticado o crime no momento

- a) do resultado.
- b) em que o agente inicia os atos preparatórios.
- c) da ação ou omissão, bem como no momento em que se produziu o resultado.
- d) da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

22. É causa de exclusão da culpabilidade:

- a) Inimputabilidade.
- b) Estado de necessidade.
- c) Estrito cumprimento do dever legal.
- d) Exercício regular de um direito.

PROCESSO PENAL

23. Fernandinho foi preso em flagrante pelo roubo da agência do banco do Brasil de Paulo Afonso/BA. O flagrante foi homologado, uma vez que cumpria todas as formalidades legais, e decretada a prisão preventiva em razão da garantia da ordem pública, pois Fernandinho era reincidente em



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

crimes dessa natureza e já respondia a diversos processos por roubo a banco.

O Ministério Público denunciou Fernandinho pelo crime previsto no art. 157, do CP. O juiz recebeu a denúncia e determinou a citação de Fernandinho. Fernandinho o procura para representá-lo em juízo como advogado. Qual a medida judicial deverá ser adotada.

- a) apresentar contestação no prazo de 15 dias.
- b) apresentar resposta à acusação no prazo de 10 dias.
- c) requerer o relaxamento da prisão no prazo de 5 dias.
- d) apresentar apelação no prazo de 8 dias.

24. Jaciara foi denunciada pelo crime de furto, por ter subtraído um Iphone X de Bárbara. O processo teve curso regular, com a citação da ré para apresentar resposta à acusação e audiência de instrução e julgamento. Durante a audiência, a vítima afirmou que estava presente na ocasião da subtração do telefone e que Jaciara disse que era para ela ficar quieta senão ia quebrar a sua cara. O depoimento da vítima foi corroborado pela oitiva das testemunhas e pelo interrogatório de Jaciara.

A partir do caso narrado, assinale a opção correta.

- a) O juiz deve julgar o caso e condenar Jaciara por furto.
- b) O juiz deve aplicar a *emendatio libelli* e condenar Jaciara por roubo.
- c) O juiz deve aplicar a *mutatio libelli* e conceder prazo para o MP aditar a denúncia.
- d) O juiz deve absolver Jaciara.

25. Wilker resolve ir até o Paraguai comprar roupas e produtos eletrônicos, com a finalidade de revender os produtos em Palmeira dos Índios/AL. Ele entrou e saiu do Paraguai por Foz do Iguaçu/PR. Ao passar por Arapiraca, no retorno da viagem, foi parado numa *blitz* da polícia rodoviária estadual e as mercadorias foram apreendidas e Wilker preso em flagrante.

Qual o juízo competente para julgar o caso?

- a) Juízo Estadual de Foz do Iguaçu/PR.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

- b) Juízo Federal de Foz do Iguaçu/PR.
- c) Juízo Federal de Arapiraca/AL.
- d) Juízo Estadual de Palmeira dos Índios/AL.

26. A respeito do IP (inquérito policial) e da instrução criminal, assinale a opção correta.

- a) O juiz é livre para apreciar as provas e, de acordo com sua convicção íntima, contudo, não poderá basear a condenação do réu exclusivamente nos elementos informativos colhidos no IP.
- b) Como a perícia é considerada a prova mais importante, o juiz não proferirá sentença que contrarie conclusões da perícia, devendo a prova técnica prevalecer sobre os outros meios probatórios.
- c) O IP, peça informativa do processo, oferece o suporte probatório mínimo para a denúncia e, por isso, é indispensável à propositura da ação penal.
- d) O ofendido e o indiciado não poderão requerer diligências no curso do IP.

27. Ney, brasileiro, comete o crime de estupro contra Naja, também brasileira, em Paris, na França. Ao voltar ao Brasil, Naja informa o fato criminoso às autoridades. Naja possui domicílio em Salvador/BA. Ney possui domicílio em Paris, contudo, seu último domicílio no Brasil foi em Santos-SP. É competente para processar e julgar o crime:

- a) Justiça Estadual de São Paulo, capital.
- b) Justiça Estadual de Santos/SP.
- c) Justiça Estadual de Salvador/BA.
- d) Justiça Federal de Brasília.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

28. Severino e Quitéria são trabalhadores rurais sob o regime de economia familiar e desejam se aposentar. Com as recentes notícias sobre a reforma da previdência eles procuram um advogado para se informar quais os requisitos para que consigam o benefício de aposentadoria por idade. Nesse contexto, é correto afirmar:

- a) Severino e Quitéria somente poderão se aposentar quando completarem 65 anos de idade.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

- b) Severino e Quitéria somente poderão se aposentar quando completarem 60 anos de idade.
- c) Severino poderá se aposentar quando completar 65 anos de idade e Quitéria quando completar 60 de idade.
- d) Severino poderá se aposentar quando completar 60 anos de idade e Quitéria quando completar 55 de idade.

29. Não é dependente para fins previdenciários:

- a) a companheira.
- b) a avó.
- c) o irmão inválido.
- d) o filho com 20 anos.

30. É considerado segurado especial a pessoa:

- a) exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- b) trabalhadora avulsa.
- c) que presta serviço de natureza urbana à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração.
- d) residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

PROVA SUBJETIVA

ATENÇÃO: Deverá ser rigorosamente observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas para cada questão subjetiva.

Questão 01.

Quitéria, nunca trabalhou na roça, bem como nunca contribuiu para o INSS. Quando completou 55 anos, uma conhecida (Joana) lhe disse que poderia “arrumar sua documentação” para que ela conseguisse o benefício de aposentadoria por idade rural junto ao INSS (Autarquia Federal).

Deste modo, Quitéria, com a ajuda de sua amiga (Joana), firmou contrato de parceria rural, ideologicamente falso, com Pedro, e, com isso, conseguiu induzir o INSS em erro e obter o benefício de aposentadoria por idade.

Quitéria recebeu o benefício por 03 meses, ocasião em que foi cessado por suspeita de fraude. Quitéria foi presa em flagrante quando ia sacar o quarto mês do benefício.

Foram denunciados Quitéria, Joana e Pedro. A denúncia foi recebida e os réus citados. Na audiência de instrução foram ouvidos os réus, que confessaram a prática do crime acima descrito, bem como um servidor do INSS que fez pesquisa *in locu* e verificou que Quitéria nunca trabalhou nas terras de Pedro. Quitéria informou que não sabia que era crime a conduta que praticou. Além disso, afirmou que passava por dificuldades financeiras, não tinha dinheiro nem para comprar comida, sendo este o motivo de ter praticado o fato acima descrito.

Em sede de alegações finais, o Ministério público pediu a condenação dos réus.

A defesa, por sua vez, requereu a nulidade do processo, uma vez que não foi ofertada a suspensão condicional do processo (art. 89, da lei 9.099/95). Pugnou pelo reconhecimento da ilegalidade da prisão de Quitéria, pois não havia a situação de flagrante. No mérito, requereu o reconhecimento do princípio da insignificância, afirmando que o prejuízo ao INSS foi de apenas R\$ 3.000,000 (três mil reais). Ainda, alegou que os réus incorreram em erro de proibição, pois não sabiam que a conduta era crime. Por fim, requereu o



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

reconhecimento do estado de necessidade, uma vez que os réus passavam por dificuldades financeiras.

Considerando o enunciado acima, responda fundamentadamente:

01. Qual juízo possui competência para processar e julgar os fatos acima narrados?
02. Qual foi o crime praticado pelos réus?
03. Houve concurso de crimes?
04. Houve concurso de pessoas?
05. A prisão é legal?
06. Trata-se de hipótese de suspensão condicional do processo?
07. Deve ser reconhecido o erro de proibição?
08. Deve ser reconhecido o estado de necessidade?
09. Deve ser reconhecido o princípio da insignificância?
10. Em caso de condenação, qual o recurso cabível e qual o prazo?

Questão 02.

A Defensoria Pública da União ajuizou ação ordinária em face da União, do estado da Bahia e do Município de Paulo Afonso, com o objetivo de conseguir o medicamento “fique bom agora mesmo” para Zé Meningite.

Zé Meningite é portador de uma doença rara que não possui tratamento no Brasil. Ele é aposentado por invalidez junto ao INSS e recebe um salário mínimo por mês. O remédio que Zé Meningite necessita custa R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e não possui registro na ANVISA. Caso Zé não comece o tratamento em 30 dias, o risco de morte é iminente, segundo relatório médico apresentado. Em que pese não possuir registro na ANVISA, o medicamento pleiteado é reconhecido pelas agências reguladoras de saúde da Europa e dos Estados Unidos, bem como possui eficácia comprovada. Não há tratamento no Brasil para a doença que acomete o autor.

Foi requerida tutela provisória de urgência. O juiz, antes de apreciar o pedido de tutela provisória de urgência, intimou os réus para se manifestarem.



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

Os réus alegaram a ilegitimidade para figurar no pólo passivo da ação, a impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que o medicamento não possui registro na ANVISA e a falta de interesse de agir, pois não foi feito requerimento administrativo do referido medicamento. Alegaram, ainda a impossibilidade de concessão de tutela provisória de urgência contra a fazenda pública. No mérito, alegaram que o judiciário não poderia conceder o medicamento, sob pena de ofensa a separação de poderes e que a reserva do possível impediria a concessão, pois não haveria recursos financeiros disponíveis para custear o referido medicamento.

Considerando o enunciado acima, responda fundamentadamente:

01. Qual juízo possui competência para processar e julgar os fatos acima narrados?
02. Explique o que são as condições da ação e se estão presentes no novo CPC.
03. Há legitimidade dos réus no caso descrito? Quem pode ser réu nesse tipo de demanda?
04. Há possibilidade jurídica do pedido?
05. Há interesse de agir?
06. É caso de concessão de tutela provisória de urgência? Estão presentes os requisitos?
07. A tese de ofensa a separação de poderes deve ser aceita?
08. A tese de reserva do possível deve ser aceita?
09. O medicamento deve ser concedido a Zé meningite?
10. Em caso de concessão da tutela provisória de urgência, qual o recurso cabível e qual o prazo?



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

RASCUNHO
QUESTÃO 1.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PAULO AFONSO-BA
Seleção de Estagiários de Direito – 2019

RASCUNHO
QUESTÃO 2.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	